

1. Introdução

Um Plano de Governo, deve refletir em termos gerais a pré-disposição de seu gestor, em resolver os principais desafios, que concorrem com a geração de bem-estar; capacidade de pleno emprego da economia; cidadania e integração operacional das redes locais de infraestrutura. Em suma, podemos dizer que o Plano de Governo é a “bula”, que prescreve a dosimetria do conjunto de ações, cujo o foco, é o de estabelecer um rito de normalidade, na administração pública. Portanto, por prescrever um rito a ser seguido, é preciso que o mesmo contenha em seu bojo um conjunto de projetos justapostos, de forma a configurar por meio de relação interdependente, o conjunto de programas, que tornarão possíveis a criação de Portfólios em cada um dos seguintes eixos centrais: Saúde, Educação, Saneamento Ambiental, Segurança Pública, Defesa Civil, Esporte e Lazer, Cultura, Atividades Econômicas, Turismo, Cidadania, Mobilidade Urbana e Infraestrutura, dentre outros itens.

Cada Portfólio, no entanto, apesar de possuir integração a nível de ações e projetos, são compostos por programas; que de maneira orçamentária e econômica, precisam ser tratados de forma individualizada. Esse processo de seção, verticaliza cada uma das propostas abordadas no Plano de Governo, criando uma hierarquização administrativa.

A hierarquização, ocorre no âmbito da realização dos projetos; que compõem cada um dos programas estruturais, dando condições a cada ordenador de despesas, verificar e otimizar a execução fiscal; de forma que os gastos públicos estejam sincronizados pelo tripé da sustentabilidade; que é composto pelos seguintes elementos: austeridade fiscal, participação da iniciativa privada e eficácia. Dessa forma, cada um dos itens; ou seja: cada uma das ações que compõem cada projeto estrutural, estarão sincronizados com os balizadores qualitativos da execução orçamentária; ao mesmo tempo em que, aplica-se recurso público, na resolução dos problemas sociais, de forma a garantir a geração de bem-estar social e econômico.

Todavia, um Plano de Governo não deve ser a mera escrituração de “ideias”, sem o pressuposto da ciência contábil, jurídica e estatística. A aglutinação de tópicos na proposta de um Plano de Governo, sem as devidas bases científicas e legais que o fundamentem, tem que ser descartado; uma vez que administrar o conjunto de bens públicos, que fundamentem o patrimônio de uma prefeitura, requer responsabilidade e razoabilidade.

Em face ao exposto, o conjunto de ações elementos descritos neste Plano de Governo, requer a fundamentação teórica e a discriminação de cada uma das ações; que em conjunto darão efeito, aos Portfólios administrados, por cada um dos ordenadores de despesa. É preciso garantir que, o Plano ora apresentado, esteja validado pelos índices estatísticos e pelo arcabouço legal, que rege e regulamenta a administração pública municipal.

Cada um dos programas, componentes do Portfólio, precisa estar fundamentado por números, Leis, Decretos e devidamente orçado; para que seja possível mensurar o impacto da medida, nas transversalidades; que darão efeito à eficácia e, portanto o bem-estar social; ou resultarão em perdas, causando assim, danos ao erário público. Sendo para o bem ou para o mal, a formatação científica de cada proposta, possibilitará ao

Poder Legislativo e à sociedade como um todo, o efetivo controle social das ações administrativas, pautadas pelo Poder Executivo Municipal; que é objeto central, das normas que balizam a responsabilidade fiscal e administrativa.

Após entendido, as formalidades e as bases científicas que envolvem a elaboração de um bom Plano de Governo, faz-se necessário que o postulante à cadeira de prefeito, tenha em mente que a primeira etapa pós-eleitoral, será a contratação de uma consultoria administrativa; que lhe possibilite prover a fundamentação, de tudo que está esboçado. Dessa forma, o esboço do Plano de Governo, assumirá a natureza de um plano de trabalho. Após a sua devida fundamentação, cada um dos itens e ações deste esboço inicial, comporá o conjunto de documentos que regerão o orçamento e a administração, sendo assim deslocados e alocados aos seguintes títulos: PPA (Plano Pluri Anual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual). Após o que, finalmente teremos um plano mestre de governo, com distribuição e alocação ao Orçamento Público. A partir desse momento, tem-se um instrumento para analisar e observar a gestão pública no quadriênio.

1.1 Eixos e transversalidades do Plano de Governo 2025-2028

O município de Angra dos Reis, localizado no extremo sul do estado do Rio de Janeiro, possui peculiaridades que o tornam, ao mesmo tempo, numa cidade desenvolvida e desestruturada, em seus aspectos socioeconômicos.

É preciso entender, que a administração pública desse território, jamais ocorrerá de forma eficiente, sem a justa posição dos elementos caracterizadores de sua geografia. Visto que, as paisagens naturais e artificiais, mutam-se com extrema velocidade. Arranjam-se, e desarranjam-se, em decorrência dos efeitos climáticos, que asseveram-se ao entorno de sua cadeia de escarpas. Essa dinâmica territorial, exige que o administrador público municipal, distribua os recursos orçamentários das áreas prioritárias: saúde, educação e obras, ao sabor dos eventos adversos, que desenrolam-se anormalmente, em cada um dos Distritos, que compõem seu território. Essa caracterização geomorfológica, exige que o Poder Público municipal mantenha em estrito estado de cooperação, os programas de: saúde, educação, obras e Defesa Civil.

Diante, dos fatos geográficos e climáticos, temos na territorialidade a primeira e maior transversalidade, a ser esboçada, no presente Plano de governo; visto que, os painéis climáticos indicam, que mesmo com a redução sistemática, nas emissões poluentes causadoras do efeito estufa, eventos adversos continuarão a ocorrer. Portanto, para os próximos 10 anos, é preciso prover alocação orçamentária, para lidar com as transversalidades geoclimáticas: alagamentos, aumento no nível do mar, deslizamentos de encostas, interrupção do fluxo de lançamento de esgoto sanitário, estrangulamento rodoviário, realocação habitacional, realocação de meios para a mobilidade urbana, redução da atividade industrial e otimização do tráfego e do trânsito. Cada um dos itens citados, compõem uma transversalidade geoclimática; sendo portanto, de caráter estratégico para o gestor municipal: sua caracterização, mensuração e evidenciação no componente de contas, que fundamentam o orçamento público. A desconsideração de tais elementos, implicará em desmobilização progressiva da capacidade de governo e resultará em graves convulsões sociais e econômicas no território.

O segundo bloco de transversalidades, é situado no âmbito da centralização de atividades econômicas. Apesar, da atual robustez do Orçamento Público municipal; que é causado pela forte operação de empresas de serviços em seu território, a sustentabilidade dessa

arrecadação é inviável a longo prazo. O fato, caracteriza-se pela progressiva desmobilização da cadeia produtiva de óleo e gás; que para sustentar-se, depende do consumo de combustíveis fósseis, por parte das potências globais e regionais. Com o atual apetite chinês, pela fabricação de veículos e componentes elétricos, a tendência é a redução na arrecadação de royalties, à 15% do valor global, do que é pago atualmente aos diversos municípios que compõem a cadeia produtiva da indústria de óleo e gás no Brasil. Essa caracterização distributiva, impactará os Orçamentos Públicos, nas regiões citadas. Podendo ocasionar perdas arrecadatórias, de mais de 42%, em alguns casos. Tal cenário, tem potencial para ofender gravemente as contas públicas do município de Angra dos Reis; causando-lhe o congelamento de programas estratégicos, ao bem-estar da população, bem como, criando dificuldades na condução de políticas administrativas, voltadas à valorização do servidor público.

Essa transversalidade, precisa ser alocada aos sucessivos Planos de Governo, a partir do quadriênio 2025-2028; sem o que, tornar-se-á impraticável a condução de qualquer governo político na cidade. Com o exposto, é preciso alocar as seguintes ações no presente Plano de Governo: acordo para a implantação de cadeias produtivas industriais no município; investimento na estruturação do ensino fundamental; instalação de laboratórios de informática nas escolas municipais; convergência de currículos educacionais; fomento aos arranjos produtivos locais; industrialização da pesca e do turismo; reurbanização do centro da cidade; atração de polos industriais tecnológicos; acessibilidade ao ensino superior tecnológico, no território municipal; garantia de acesso à educação profissional nos níveis fundamental e técnico; investimento na recuperação dos meios naturais fluviais e marítimo costeiros; implantação de empresas públicas estratégicas; criação de Empresa Municipal de Navegação; integração das atividades comerciais municipais; implantação e implementação de moeda digital local; formação e alocação de recursos humanos estratégicos à indústria local. O rol exaustivo das transversalidades envolvendo o Plano de Governo, compreendido pelo quadriênio 2025-2028, será evidenciado após a devida análise: jurídica, contábil e administrativa, da prefeitura municipal de Angra dos Reis. A atual lista exemplificativa, foi possível graças às mensurações e evidenciações promovidas por grupos de interesses (*stakeholder*), que de forma assíncrona concorre pelo poder político e econômico da cidade; produzindo, com isso, informações úteis ao processo inicial de evidenciação.

É preciso compreender, que as transversalidades representam um conjunto de ações administrativas, que na maioria das ocorrências, não está relacionada diretamente à administração do município. Contudo, sua aplicação e finalidade são fundamentais, para obtenção de pleno emprego, estabilidade de preços e amadurecimento das cadeias produtivas locais. O afastamento desses compromissos indiretos, pode acarretar em intensa convulsão e agitação, no tecido social local; promovendo, a insurreição de grupos políticos; a dissensão, na base eleitoral; e por fim, rupturas institucionais que favorecerão grupos opositores e a instabilidade administrativa.

1.1.1 Eixos centrais à administração municipal para o quadriênio 2025-2028

Os aspectos centrais, que determinam a ortogonalidade dos eixos administrativos, vinculados ao plano de contas contábeis da prefeitura municipal de Angra dos Reis, mostram intensa fragilidade estrutural; causada por excessos administrativos, que evidenciam a prática exacerbada da compra de produtos e serviços indissociados, da real necessidade pública. Um exemplo ilustrativo, é o atual estadiamento do orçamento da saúde pública; que apesar de superar os R\$ 600 milhões em gastos anuais, não consegue reduzir as principais “filas” e demandas represadas desse serviço público;

inclusive, demonstrando acelerado grau erosivo em sua contabilidade, graças ao acúmulo de serviços não prestados à classes específicas de usuários, tais como: hipertensos, cardiopatas, idosos, cancerosos, ortopédicos; e usuários que demandam outros tipos de serviços, tais como: cirurgias eletivas, cirurgias oncológicas, tratamento oncológico, tratamento oftalmológico, e pacientes portadores de doenças raras. O grau de represamento de demanda nesses segmentos, são tão graves; que a descompressão da mesma para o exercício 2025, irá demandar uma suplementação orçamentária em torno de 43,7%, do orçamento vigente em 2024. Esse deterioramento contábil e administrativo, nas operações de saúde pública, são frutos de decisões executivas equivocadas; que culminaram na aquisição de serviços infrutíferos; assim como, no agravamento de quadros clínicos e a necessidade de se alocar mais autorização de gastos, que o atual orçamento é capaz de suportar.

É importante destacar, que o deterioramento das contas públicas municipais, não é fato exclusivo da Secretaria de Saúde do município. Essa fragilidade estrutural é patente aos orçamentos das seguintes áreas: Administração; Finanças; Educação, Juventude e Inovação; Infraestrutura e Obras Públicas; e Defesa Civil. Tal circunstância contábil, afeta no curto prazo, a capacidade executiva em suprir e/ou manter os serviços públicos centrais ao bem-estar, em um ciclo perene de funcionamento, superior a 8 anos. Torna-se evidente, pelos indicadores de avanço de rigidez estrutural orçamentária; que em prazo inferior a 6 anos, será impossível atender à demanda ascendente de serviços, tais como: cirurgias de alta complexidade; exames de imagem (tomografia); expansão do programa farmácia básica (ESF/SPA); funcionamento da unidade de média complexidade, do HMJ. É possível ainda, que em prazo não superior a 7 anos, haja a paralização parcial na expansão do ensino fundamental. Em suma, a longa sequência de decisões equivocadas, na compra de serviços privados, em detrimento do atendimento da real demanda pública, promoveu as distorções no plano de contas públicas; que associado à evolução natural no aumento da demanda por serviços públicos, poderá acarretar no colapso da estrutura local administrativa, promovendo assim uma ruptura funcional e institucional.

Sendo assim, é preciso encaixar para o presente Plano de Governo as medidas profiláticas; que no âmbito contábil/econômico, poderão resultar na regressão do atual quadro catastrófico, nas contas públicas. Garantindo, que o gestor e os demais ordenadores de despesas, tenham condições, de resguardar o patrimônio público; ao mesmo tempo em que, por meio de parcerias com a iniciativa privada, as instituições de ensino e pesquisa e os demais entes federativos, construam as pontes, que possibilitarão ao Poder Público resolver as transversalidades, já apontadas, objetivando assim a estabilidade de contas, social e econômica.

Adentrando os eixos centrais; que fundamentalmente representam a gestão pública e servem como base, para a implantação dos eixos transversais; de acordo com as seguintes Secretarias: Administração; Agricultura, Aquicultura e Pesca; Controladoria Geral; Cultura e Patrimônio; Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Social e Promoção da Cidadania; Educação, Juventude e Inovação; Esporte e Lazer; Secretaria de Eventos; Finanças; Governo e Relações Institucionais; Infraestrutura e Obras Públicas; Planejamento e Parcerias; Procuradoria Geral; Proteção e Defesa Civil; Saúde; Segurança Pública; Urbanização, Parques e Jardins; e as Fundações/Autarquias/Empresas Públicas: Fundo de Previdência de Angra dos Reis (AngraPrev); Instituto Municipal do Ambiente (IMAAR); Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE); Hospital Municipal da Japuíba (HMJ), Hospital e Maternidade de Angra dos Reis (HMAR); e a TurisAngra.

As Políticas Públicas, estruturadas para o presente Plano de Governo, estão divididas em 13 áreas principais: Administração e Governança; Gestão Fiscal e Controladoria; Saúde Integrada; Crescimento Econômico; Cidadania e Renda; Gestão Integrada do Território; Crédito e Fomento Produtivo; Acessibilidade; Educação Transformadora; Integração Global; Sustentabilidade, Preservação e Saneamento Ambiental; Transporte Público, Mobilidade Urbana e Integração Regional; e Cultura, Esporte e Lazer.

ROL DIRETIVO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Administração e Governança

Política Pública	Objetivo	Modalidade	Indicador
Reforma administrativa	Reduzir o custeio administrativo em 25%.	Programa	Redução de despesa
Reforma de cargos e salários na educação	Recompôr Plano de Cargos e Salários na educação	Plano/programa	Ajuste de despesa
Revisão de contratos públicos	Avaliar contratos de serviços na administração pública e reduzir custos operacionais em 25%.	Projeto	Redução de despesa
Reestruturação de cargos e salários na administração pública	Promover o ajuste das categorias e classes e a correção da perda salarial do servidor público.	Programa	Ajuste de despesa
Estabelecimento de Fundos Patrimoniais	Estruturar o dispêndio de capital e reduzir o engessamento orçamentário.	Programa	Redução de despesa
Concurso público área fiscal	Promover o aumento da fiscalização e arrecadação fiscal.	Projeto	Aumento de arrecadação
Concurso público saúde	Promover o aumento na cobertura da saúde pública nos Distritos do município.	Projeto	Expansão de serviços
Concurso público educação	Expandir a oferta de ensino nos seguimentos Fundamental I e II.	Projeto	Expansão de serviços
Concurso público educação	Expandir a oferta de vagas nas creches.	Projeto	Expansão de serviços
Concurso para	Implantação de	Projeto/programa	Criação de serviço

Guarda Civil Municipal	Guarda Civil no município.		público
------------------------	----------------------------	--	---------

Gestão Fiscal e Controladoria

Política Pública	Objetivo	Modalidade	Indicador
Licença digital	Garantir solicitação de licenças e documentos fiscais por meio de smartphones e outros aparelhos digitais.	Programa	Acessibilidade
Cartilha fiscal do cidadão	Cartilha digital informando os procedimentos para a solicitação dos principais serviços fiscais do município.	Programa	Acessibilidade
Legaliza Digital	Serviço digital para facilitação de legalização de empreendimentos e negócios no município.	Programa	Acessibilidade
Web Fiscal	Contratação de inteligência digital para mapeamento e identificação de negócios e empreendimentos não tributados no município.	Programa	Aumento de arrecadação
Integra Fisco	Programa de enquadramento fiscal para empreendedores idosos e PCDs no município.	Programa	Benefício fiscal
Sincroniza Web	Plataforma digital para sincronização de terminais e emissão de notas fiscais associadas (município, Estado, Governo Federal).	Programa	Aumento de arrecadação

Saúde Integrada

Política Pública	Objetivo	Modalidade	Indicador
Digitaliza SUS	Acesso integral a agendamentos e documentos da saúde por meio de smartphones e outros aparelhos digitais.	Programa	Acessibilidade
PPI Fundo Patrimonial da Saúde	Parceria para investimentos na criação de Fundo Patrimonial, visando a universalização de todos os serviços da saúde pública.	Plano	Expansão de serviços
Pronta entrega SUS	Criação de serviços logísticos para entrega de medicamentos 24 horas em todo território municipal.	Programa	Acessibilidade
Sensibiliza SUS	Atender com cobertura integral da saúde autistas e outros portadores de síndromes e necessidades especiais.	Programa	Acessibilidade
Melhor idade	Estabelecimento de atenção geriátrica na saúde pública do município	Programa	Acessibilidade
Escola Municipal de Saúde	Convênio entre o município e escolas de saúde para formação profissional no âmbito da saúde e suprimento de vagas em todo o território.	Plano	Formação profissional
Implantação de centro integrado de análises clínicas e diagnósticos médicos	Formação de PPP para exploração de serviços no âmbito da medicina diagnóstica, na atenção primária e secundária.	Programa	Expansão de serviços
Transformação do HMAAR em Hospital Maternidade e de Emergência.	Transferir o Hospital de Emergência para o Centro da cidade, em apoio às emergências e translados da Ilha	Projeto	Otimização de serviços

	Grande.		
Cartão Saúde	Universalização da dispensação medicamentosa e garantia da profilaxia no tratamento médico.	Programa	Acessibilidade
Sorridente	Reformulação e reorganização da saúde odontológica em todo o território municipal.	Programa	Otimização de serviços
Saúde nota 10	Serviços de atenção integral no âmbito da atenção primária e atenção primária odontológica em todas as escolas do município.	Programa	Expansão de serviços
Saúde do trabalhador	Oferta de serviços do ESF/CEM noturno para trabalhadores e trabalhadoras.	Programa	Acessibilidade
Regionaliza	Reformulação da distribuição e utilização de serviços públicos da saúde em todo o território municipal.	Plano	Otimização de serviços
Novo HMJ	Transformação do HMJ em hospital de média e alta complexidade com especialização em câncer e outras doenças endêmicas.	Plano	Otimização de equipamento público
Implementação de Colegiado Especial Médico Hospitalar	Criação de junta consultiva especializada, para a avaliação contínua do atendimento nas unidades hospitalares do município.	Programa	Otimização de serviços

Crescimento Econômico

Política Pública	Objetivo	Modalidade	Indicador
Criação da Empresa	Ser o agente indutor	Programa	Fomento

Municipal de Desenvolvimento	do crescimento econômico, pela realização de PPI/PPP, regime de partilha e fomento produtivo às empresas do município.		
Criação da Empresa Municipal de Navegação	Centralizar, administrar e conceder a gestão dos transportes e atividades marítimas da Baía da Ilha Grande.	Projeto/programa	Fomento/gestão
Criação de Agência Reguladora de Atividades Náuticas na Baía da Ilha Grande	Organizar e fiscalizar o traslado de pessoas na Baía da Ilha Grande.	Projeto/programa	Gestão
Criação do Fundo Municipal de Comércio	Colaborar na retomada da atividade comercial do município através de política municipal de crédito.	Plano/programa	Fomento
Criação do Programa Municipal de Apoio à Industrialização	Criação de programa contendo parâmetros fiscais, financeiros e de fomento à industrialização do município.	Programa	Fomento
Criação de Fundo Cinematográfico	Impulsionar o turismo de alta renda no município por meio da produção cinematográfica local.	Programa	Desenvolvimento turístico
Redefinição do Fundo Imobiliário Municipal	Adaptação do Fundo Imobiliário Municipal à Resolução 165 da CVM, possibilitando-lhe operar em outras modalidades de investimento.	Projeto	Fomento
Industrialização da pesca	Instalação de planta municipal para processamento e beneficiamento de	Projeto	Investimento

	pescados.		
Instalação de estaleiro para fabricação de embarcações em alumínio	Investir em unidade industrial, através da Empresa Municipal de Desenvolvimento, com intuito de garantir a fabricação de embarcações especiais, para a pesca e o transporte de passageiros.	Programa	Investimento
Implantação de linhas e rotas para o transporte marítimo de passageiros em toda a costa do município	Otimizar o serviço de traslado de passageiros para a Ilha Grande e outros roteiros turísticos marítimos do município.	Programa	Licenciamento
Meu Hostel	Financiar a construção de hostels em comunidades e locais turísticos no município. Com ênfase no financiamento de pessoas em vulnerabilidade econômica ou acima de 50 anos.	Programa	Investimento
Rede Colaborar	Financiamento para a construção de: cozinha industrial, lavanderia, aquisição de veículo tipo Furgão e motocicletas, visando suprir a demanda logística dos hostels criados pelo Programa Meu Hostel. Foco em pessoas vulneráveis economicamente ou acima de 50 anos.	Programa	Investimento
Complexo Ilha Pequena	Construção de complexo turístico em ilha artificial, visando transformar o projeto Marina São Bento em um	Projeto	Investimento

	super centro cultural, gastronômico e de lazer, preparado para o desembarque simultâneo de até 4 navios transatlânticos por vez.		
ZPE setor naval e oceânico	Instalação de 22 unidades industriais com capacidade para a geração de 30 mil empregos diretos, na indústria metalúrgica.	Programa	Incentivo/investimento
Criação de Centro de Referência para turismo gastronômico e cultural	Escola internacional de gastronomia e formação especializada em roteiros e eventos gastronômicos.	Programa	Fomento

Cidadania e Renda

Política Pública	Objetivo	Modalidade	Indicador
Lar Feliz	Financiamento para a construção e mobiliário de residências para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica ou residente em área de risco.	Plano/programa	Investimento/financiamento
Minha Habilitação	Doação de 1º habilitação para jovens ou pessoas em vulnerabilidade econômica que pretendam trabalhar em um dos programas logísticos financiados pela prefeitura.	Programa	Serviço público
Programa Comercializar	Formar e financiar a instalação de	Programa	Investimento

	pequenos comércios em comunidades onde haja pouca infraestrutura comercial e de serviços ou alta incidência de desemprego, violência e precarização social.		
Programa Jovem Marinheiro	Formar e habilitar jovens em vulnerabilidade social para a incorporação às tripulações das modernas embarcações pesqueiras, financiadas à indústria da pesca pelo município.	Programa	Investimento
Programa Meu Crédito	Financiamento de longo prazo a empreendimentos no setor de serviços, para pessoas em vulnerabilidade econômica ou acima de 50 anos.	Programa	Financiamento
Programa Centro de Cidadania	Formar pessoas em vulnerabilidade econômica ou acima de 50 anos para atuarem na indústria de serviços em nível fundamental, nas áreas de: pintura, lanternagem, elétrica, refrigeração, construção civil, eletrônica, jardinagem, bombeiro hidráulico e etc.	Plano/programa	Serviço público
Programa Legaliza	Legalizar, regularizar e	Programa	Serviço Público

	fornecer assistência técnica a negócios não formalizados, pertencentes à pessoas em vulnerabilidade econômica ou acima de 50 anos.		
Programa Acolhimento	Acolher, assistir e qualificar pessoas em situação de rua; visando garantir sua integração e ressocialização à sociedade civil.	Programa	Serviço público
Programa Comida na Mesa	Eliminar a distribuição de cesta básica, através da substituição da medida pela adoção e distribuição do Cartão Vale Compra, com a possibilidade da realização de compras mensais em redes de supermercados cadastrados.	Programa	Serviço social
Programa Cidadania Plena	Garantir o acesso integral à saúde, educação e renda à população de rua.	Programa	Serviço social

Gestão Integrada do Território

Política Pública	Objetivo	Modalidade	Indicador
Acessibilidade Total	Convênio visando garantir o acesso dos PCDs, indígenas, quilombolas e outros públicos minoritários e vulneráveis aos serviços públicos, mobilidade urbana,	Programa	Serviço público

	emprego e renda e educação.		
Repactuação Industrial	Criação de convênio entre o município e as principais empresas industriais, visando garantir a contratação mínima de serviços e postos de trabalho, por parte destas no território.	Plano/projeto	Bem-estar social
Convênio Defesa Civil e Marinha do Brasil	Promover a criação de uma coordenação, pronta a intervir em caso de eventos climáticos severos.	Programa	Segurança pública
Protocolos de resgate e segurança	Criar programa estabelecendo protocolos em defesa civil, saúde e segurança pública a serem adotados para o resgate de pessoas em condições de evento climático severo.	Programa	Otimização de recurso público
Programa de Monitoramento das Águas da Baía da Ilha Grande	Promover a vigilância territorial e bioquímica das águas da baía.	Programa	Investimento/serviço público
Monitoramento turístico	Monitorar e fiscalizar a atuação de empresas no âmbito da operação turística realizada nas águas costeiras do município.	Programa	Controle social
Elaborar inventário sobre os recursos naturais do município	Programa visando elaborar inventário sobre os recursos naturais e estratégicos para a manutenção da sociedade e da atividade econômica local.	Programa	Utilização de recursos
Repactuação econômica da atividade nuclear	Garantir a implementação de Fundo	Projeto	Segurança pública

	Compensatório, visando prover indenizações financeiras em caso de acidente termonuclear.		
Funcionamento em horário integral do transporte público	Atualização contratual, visando garantir horário integral, para o funcionamento do transporte público interurbano em todo o território.	Programa	Serviço público
Universalização do transporte gratuito para estudantes do ensino superior	Garantir o traslado gratuito de estudantes universitários no território municipal.	Programa	Serviço público

Crédito e Fomento Produtivo

Política Pública	Objetivo	Modalidade	Indicador
Criação de Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável	Tem por objetivo ser o guardião da política municipal de fomento produtivo e comercial.	Plano	Fomento
Criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento	Tem por objetivo ser o controle social do desenvolvimento econômico municipal.	Plano	Fomento
Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico	Tem por objetivo ser a política municipal de crédito e fomento produtivo.	Plano	Fomento/investimento
Programa de Estímulos ao Cooperativismo de Crédito	O programa tem o intuito de incentivar e qualificar interessados no cooperativismo financeiro. Buscando, de forma indireta, a atração de mecanismos que barateiem o crédito de longo prazo e ao consumidor.	Programa	Fomento/investimento
Criação do	Tem por objetivo	Programa	Serviço público

Programa Municipal de Subsídio ao Crédito de Longo Prazo	tornar atrativo à indústria do crédito de longo prazo as atividades econômicas locais.		
Criação da Agência de Desenvolvimento Local - ADL	Tem por objetivo tornar-se a agência de fomento local e cooperar com a Empresa Municipal de Desenvolvimento, para o fomento produtivo municipal.	Projeto	Investimento

Acessibilidade

Política Pública	Objetivo	Modalidade	Indicador
Adaptação progressiva dos meios de mobilidade urbana municipal	Adaptação progressiva de calçadas e outros equipamentos públicos ao uso comum das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais.	Projeto	Obra pública
Programa Municipal de Comunicação Público Institucional	Prevê a publicação progressiva dos documentos e comunicações públicas do município, em Braile e outras linguagens adaptadas às pessoas com deficiência ou necessidades especiais.	Programa	Serviço público
Programa Municipal de Adaptação dos Equipamentos Públicos	Prevê adaptação progressiva de: quadras, praças, hortos, bibliotecas, unidades de saúde, unidades escolares e etc, ao acesso e uso de pessoas com deficiência ou necessidades especiais.	Programa	Serviço público

Disponibilização de terminais de auto serviços adaptados.	Instalação em repartições públicas do município, de terminais de auto serviço/atendimento adaptado às pessoas com deficiências e outras necessidades especiais.	Programa	Investimento
Disponibilização de impressoras 3D em unidades escolares	Visa disponibilizar nas escolas do município, impressoras 3D, que facilite a inclusão de cegos e outras pessoas com necessidades especiais.	Projeto	Investimento
Aquisição de livros e outros materiais adaptados às pessoas com deficiência ou outras necessidades especiais	Promover a inclusão de pessoas com deficiência ou necessidades especiais.	Projeto	Investimento

Educação Transformadora

Política Pública	Objetivo	Modalidade	Indicador
Programa Pré-Escola do Futuro	Implementar programa especial para o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático, assim como da promoção da cooperação e interação, em todas as unidades pré-escolares do município.	Programa	Investimento
Programa para o fortalecimento do ensino de linguagens, estudos sociais e ciências no Ensino Fundamental I	Tem por objetivo adensar o aprendizado de linguagens, ciências e estudos sociais, através da implantação de metodologia	Programa	Investimento

	certificada internacionalmente, adaptada às peculiaridades da cultura local.		
Implementação de laboratório e rotina exploratória ao Ensino Fundamental II	Tem por objetivo a aquisição e implementação de laboratórios para o ensino de matemática e ciências, nas unidades escolares; bem como, o estabelecimento de roteiro excursionista, visando combater a alienação geográfica e histórica pelo conhecimento <i>in loco</i> , de sítios e outros locais selecionados por Comissão Pedagógica.	Programa	Investimento
Programa Municipal de Formação em Programação e Processamento de Dados	Realizar convênio entre o município, o Governo do Estado e Instituições de Pesquisa e Extensão, para a formação de programadores e processadores de dados, a partir do 6º Ano do Ensino Fundamental II.	Programa	Investimento
Programa municipal de reforço escolar e preparação aos concursos das escolas e academias militares	Disponibilização de bolsas a todos os alunos da rede pública, em convênio com o Governo do Estado, visando prover-lhes o reforço escolar e a preparação para os principais concursos às escolas e às academias militares.	Programa	Investimento
Programa Editora do Futuro	Estabelecer convênio entre o município, o	Programa	Investimento

	<p>Governo do Estado, o CEDERJ e a UFF/IEAR, com o intuito de promover a criação de material didático exclusivo sobre a geografia, a história e a cultura do território municipal de Angra dos Reis e da Região da Costa Verde. Adaptados ao ensino das séries do Fundamental I e II.</p>		
<p>Universidade Municipal</p>	<p>Estabelecer consórcio entre o município, o CEDERJ, a UFF/IEAR, o CEFET e a UERJ, para a criação de um Centro de Pesquisas e Extensão dedicado ao desenvolvimento de competências, qualificação profissional em áreas relacionadas com o desenvolvimento da economia local e a incubação de um Centro Tecnológico vocacionado à Economia do Mar.</p>	<p>Programa</p>	<p>Serviço público</p>
<p>Centro de Formação Profissional</p>	<p>Consórcio entre o município, o CEFET, o SENAI e o CEDERJ, visando a disponibilidade e a preparação da mão-de-obra local.</p>	<p>Programa</p>	<p>Serviço público</p>
<p>Instalação de Centro de Arquitetura Naval</p>	<p>Consórcio entre o município, o CEFET, O SENAI, a UFRJ, a UFF, empresas de tecnologia e a Universidade de Pequim, para a construção do 1º</p>	<p>Programa</p>	<p>Investimento</p>

	Centro de Arquitetura Naval do Estado do Rio de Janeiro.		
Construção de Centro Acadêmico e Tecnológico do Mar	Construir o maior Centro Tecnológico do Mar, do Brasil. Dedicado ao ensino e formação de profissionais de nível superior, visando a formação de pessoal qualificado para a Economia do Mar.	Programa	Investimento

Integração Global

Política Pública	Objetivo	Modalidade	Indicador
Convênio Cidade-Irmã com Utah/EUA	Acordo de cooperação na área da tecnologia, indústria e comércio, com o intuito de atrair empresas tecnológicas para o tecnoparque municipal.	Projeto	Investimento/fomento
Acordo de cooperação técnica com a Universidade Norte-Americana Brigham Young	Cooperação técnica entre o município e a Universidade Norte-Americana Brigham Young para a criação de escola internacional de negócios e hotelaria, com diploma binacional Brasil/EUA.	Programa	Investimento
Acordo de cooperação técnica com o Banco Mundial	Acordo de cooperação técnica entre o município e o Banco Mundial, visando a realização de estudos conjuntos para investimentos na Ilha Grande, através do título de Patrimônio Natural	Projeto	Investimento

	certificado pela Unesco.		
Acordo de cooperação técnica com o Banco do BRICS	Acordo de cooperação técnica entre o município e o Banco do BRICS, visando a elaboração de estudo conjunto para investimento e financiamento na industrialização da cadeia produtiva pesqueira do município.	Projeto	Fomento
Acordo de cooperação técnica com a Embaixada do Japão	Acordo de cooperação técnica entre o município e a Embaixada do Japão, com o intuito de atrair investidores para o Fundo Imobiliário Municipal e a contratação de crédito, de baixo custo, para a Agência de Desenvolvimento Local- ADL.	Projeto	Fomento
Acordo de cooperação técnica entre a Agência de Desenvolvimento Local- ADL e o Banco Industrial da China- BIC	Acordo de cooperação técnica entre a Agência de Desenvolvimento Local do município e o Banco industrial da China, visando cadastrar na “rota da seda” a ZPE de Angra dos Reis.	Projeto	Fomento
Acordo de cooperação comercial entre a Agência de Desenvolvimento Local- ADL e o Mercosul.	Acordo de cooperação comercial entre a Agência de Desenvolvimento Local e o Mercosul, para a comercialização de produtos importados.	Projeto	Fomento
Construção de galpão dedicado ao Mercosul	Construção de galpão com o intuito de promover o	Projeto	Investimento

	intercâmbio, feiras, missões empresariais e etc, entre os empresários locais e os empresários dos países membros.		
Acordo de cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID	Acordo entre o município e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, visando a elaboração de estudos técnicos para investimentos em infraestrutura sanitária.	Projeto	Fomento
Construção de porto privado em Jacuecanga	Construir porto para operação logístico-comercial, visando fortalecer a atividade comercial do município, a fim de garantir preços mais baixos aos comerciantes e consumidores.	Projeto	Investimento

Sustentabilidade, preservação e saneamento ambiental
--

Política Pública	Objetivo	Modalidade	Indicador
Fundo Patrimonial do Clima, Economia e Território	Transformar os recursos da contrapartida ambiental sob a guarda da Eletronuclear em capital do Fundo Patrimonial do Clima, Economia e Território, aplicando parte de seus rendimentos no Programa de Saneamento Ambiental do Município.	Programa	Investimento
Inventário sobre o saneamento ambiental	Promover a elaboração de relatório contendo a	Projeto	Investimento

	relação de equipamentos necessários à promoção do saneamento ambiental no município.		
Realização de estudos para modelar o escoamento superficial das águas no solo do município.	Elaborar estudo para definição do projeto básico da macrodrenagem, em todo o território municipal.	Projeto	Investimento
Construção de adutora na Banqueta	Construir adutora na Banqueta, visando o processo de equilíbrio hídrico da Grande Japuiba.	Projeto	Investimento
Construção de sistema de adução e distribuição de água	Construção de sistema adutor e distribuidor, de forma a garantir água aos munícipes desassistidos pelo abastecimento, em todo o território municipal.	Projeto	Investimento
Despoluição e descontaminação de bacias hidrográficas	Aumentar a oferta de recursos hídricos para a dessedentação no município, através da descontaminação e despoluição das principais bacias hidrográficas.	Projeto	Investimento
Implementação de URE	Implementar Usina de Recuperação de Energia, para disposição e destinação final de resíduos sólidos no município.	Projeto	Investimento
Promover a vedação de atividade náutica em áreas de preservação ambiental	Promover a proibição de atividades náuticas em áreas de preservação do município.	Projeto	Investimento
Promoção da despoluição e da	Promover a balneabilidade nas	Projeto	Investimento

descontaminação de praias do município	principais praias do município.		
Instalação de sistema de água de reuso	Instalar sistema para a produção de água de reuso nos afluentes onde não haja a possibilidade de rede coletora de esgoto.	Projeto	Serviço público

Transporte Público, Mobilidade Urbana e Integração Regional

Política Pública	Objetivo	Modalidade	Indicador
Criação do Conselho Municipal de Usuários do Transporte Público	Devolver à população o controle social sobre o destino do transporte público no município.	Programa	Controle social
Fundo Municipal Para o Custeio do Transporte Público	Tornar gratuito e universal o transporte público interurbano no município.	Programa	Serviço público
Licitar novo contrato para o transporte público interurbano	Acionar judicialmente o descumprimento do Contrato de Serviço, visando realizar licitação para a contratação de uma nova empresa para o fornecimento do transporte público interurbano municipal.	Projeto	Otimização de serviço
Integração entre Praia do Machado, Jacuecanga e Vila da Petrobrás por arruamento, estrada municipal e ponte	Interligar por meio de estrada, arruamento e ponte, os bairros de: Praia do Machado, Jacuecanga e Vila da Petrobrás; de forma a possibilitar o fluxo de veículos, entre si, e o aumento da atividade turística e comercial.	Projeto	Obra pública

Cultura, Esporte e Lazer

Política Pública	Objetivo	Modalidade	Indicador
Criação de Loteria Esportiva Municipal	Fomentar e patrocinar a atividade esportiva, de lazer e de alto rendimento.	Programa	Financiamento público
Construção de Ginásio Municipal	Área para competições e atividades de alto rendimento esportivo.	Projeto	Obra pública
Elaboração de calendário comercial de eventos culturais e sacro-religiosos	Promover o município e atrair turistas para a cidade.	Programa	Evento cultural
Centros de formação e promoção do esporte	Centros multimodalidades a serem implementados em todo o território municipal.	Programa	Formação de atletas
Construção e revitalização de quadras esportivas	Construir novas quadras e revitalizar todas as já existentes no município.	Projeto	Obra pública
Transformação do GDV em empresa pública	Recuperar o clube, por meio da venda de 49% de suas ações a investidores institucionais.	Projeto	Investimento
Criação de Programa Esportivo Escolar	Seleção, distribuição de bolsas e treinamento para alunos-atletas da rede pública de ensino do município.	Programa	Investimento